

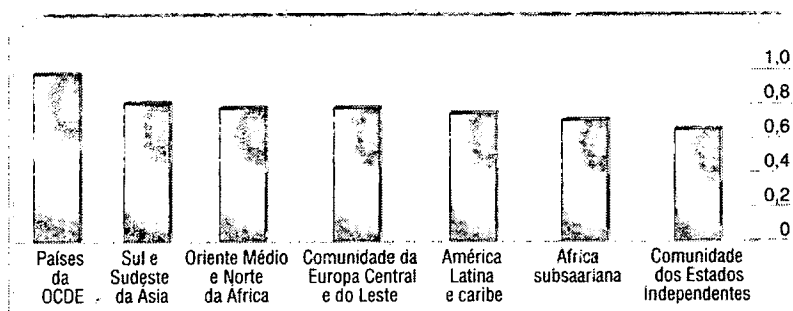
Bird faz balanço da corrupção oficial no mundo

A credibilidade dos governos latino-americanos junto a empresários só não perde para países da África e da ex-URSS

Maria Helena Tachinardi
de Washington

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Índice de credibilidade



Pela primeira vez em seu vigésimo relatório anual sobre o desenvolvimento ("World Development Report") divulgado ontem, o Banco Mundial (Bird) fez uma pesquisa ouvindo 3.600 empresas locais em 69 países, entre eles o Brasil, para saber o que pensam das instituições públicas e como avaliam o contato com elas, inclusive as consequências para os seus negócios do pagamento de propinas. A enquete – que pôde ser feita com a condição de os países não serem identificados – revela que "a corrupção é um flagelo grave" e que na maioria dos países em desenvolvimento existe a "síndrome da ilegalidade".

No índice de credibilidade apresentado no relatório, que na versão deste ano repensa o papel do Estado, a América Latina só não perde para os países africanos ao Sul do Saara e para a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), formada por nações da ex-União Soviética. Os empresários disseram que os países onde existe maior credibilidade do poder público são os ricos que pertencem à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), vindo em seguida os do Sul e do Leste da Ásia, os do Oriente Médio e do Norte da África e os da Europa Central e do Leste.

Mais da metade dos executivos em cargo de direção das firmas localizadas na CEI e menos de 10% dos dirigentes das companhias instaladas em países da OCDE disseram que dedicam mais de 15% de seu tempo a negociar com funcionários de governos sobre leis e regulamentos. Para combater esse quadro de "corrupção arraigada", a mensagem do Banco Mundial é que não é preciso um governo pequeno, mas um governo eficiente", disse o economista-chefe da entidade, Joseph Stiglitz, ao divulgar o relatório. Na América Latina, que fez "uma revolução

silenciosa" na descentralização do poder público e na democratização, as tarefas mais urgentes são a reforma do sistema jurídico, da administração pública e o incremento de políticas sociais.

O banco constatou que a corrupção tem um efeito perverso no crescimento dos países, e, segundo Stiglitz, "há uma relação entre corrupção e tentação". Quanto mais as políticas são distorcidas, como a intervenção do Estado no comércio exterior, "mais existe oportunidade para o suborno". Ele cita, por exemplo, o sistema de cotas alocadas por funcionários públicos. "Há uma tentação de distribuí-las para quem paga mais". Outros fatores associados à corrupção, segundo o Bird, são os índices de previsibilidade do sistema jurídico e de contratação – não com base no mérito dos

Quanto mais intervencionista o Estado, maiores as oportunidades para suborno

funcionários, mas de acordo com decisões políticas – e a relação entre os salários da administração estatal e os do setor privado. Houve duas constatações óbvias: a correlação entre corrupção e baixos salários e entre máquina estatal inchada e remunerações pequenas.

A pesquisa revela que muitos países não contam com bases institucionais imprescindíveis para o desenvolvimento do mercado. "O mercado não pode alcançar um nível de desenvolvimento avançado se não existem direitos de propriedade eficazes, que só podem funcionar mediante três condições: proteção contra o fur-

to, a violência e outros atos predatórios; proteção contra as medidas arbitrárias (regras e impostos "ad hoc" e corrupção aberta que perturba a atividade econômica); e um sistema jurídico justo e previsível. Em mais da metade dos países incluídos na enquete, as empresas consideram que este é um problema importante", menciona o documento do Bird.

Com base nesses fatores, a instituição elaborou um índice de credibilidade. Os países mais confiáveis tiveram um incremento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita anual (no período 1984-1996) de quase 2%, os de média credibilidade não atingiram 0,5% e os que inspiram menos confiança registraram um crescimento negativo de 1% (ver tabela). Nos países mais bem cotados o investimento bruto representou 17% do PIB, nos de média reputação, 14%, e nos de baixa, 12%.

O economista Ajay Chhibber, chefe da equipe do relatório, diz que não existe correlação entre corrupção e desigualdade social ou corrupção e pobreza e sistemas de governo. Cingapura é governada por um regime autoritário e é considerado o país menos corrupto do mundo. Nas Filipinas existe democracia, mas os salários são baixos e falta meritocracia (nomeação dos funcionários por mérito). Em consequência, as contratações são políticas e atingem seis níveis do escalão do governo em relação a apenas dois em outros países do Leste asiático pesquisados. "A tentação de corrupção é alta", avalia Chhibber. Segundo ele, os

níveis de corrupção nos antigos integrantes da ex-União Soviética "são relativamente altos". O Bird recusou-se a dar nomes de países corruptos. "Não estamos aqui para embaraçar os países", afirmou o economista.

No sumário do relatório, o Brasil é citado em duas passagens de forma positiva: como um bom exemplo na área de concorrência no fornecimento de serviços públicos – manutenção de estradas pelo setor privado – e na participação da comunidade nos projetos de água e saneamento no Recife. O banco cita a necessidade de aumentar a concorrência e a voz dos cidadãos como dois passos importantes para fortalecer as instituições do Estado. Chhibber também indicou como fato positivo o envolvimento dos gaúchos na elaboração do orçamento do município de Porto Alegre.

Mas a descentralização, que pode melhorar a qualidade do governo e a representação local dos cidadãos e empresários, tornou-se uma preocupação para Rússia, China e Brasil devido ao aumento da desigualdade social porque a brecha entre as regiões se amplia, diz o Bird. "A mobilidade de mão-de-obra fornece uma solução parcial, mas isso em geral não é fácil, especialmente em países com muita diversidade étnica, onde os migrantes nem

sempre são bem-vindos". Um outro problema que a descentralização pode trazer é o da instabilidade macroeconômica. "Os governos podem perder controle da política macro se a indisciplina fiscal local e regional leva o poder central a freqüentes socorros, como tem ocorrido no Brasil", salienta o relatório. Além disso, a descentralização pode tornar corruptos os governos locais.

A corrupção passou a ser um tema central para o Banco Mundial, que o está tratando no setor de operações, encarregado de lidar diretamente com os "portfólios" dos países. Se o governo não for eficiente, o banco poderá cortar os seus créditos, diz Chhibber. "Os países com alta credibilidade fazem uma enorme diferença na taxa de retorno dos financiamentos do Bird". No próximo mês, se a diretoria da entidade aprovar, a instituição publicará um documento especial sobre corrupção que estará na agenda da reunião anual do Bird e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Hong Cong, em setembro.

O relatório divulgado ontem conclui que não existe uma fórmula para o "Estado eficaz", aquele que permite o desenvolvi-

mento do mercado, mas propõe uma dupla estratégia para os países: acomodar a função do governo à sua capacidade e revitalizar as instituições públicas. Nesse sentido, as tarefas essenciais seriam: estabelecer uma ordem jurídica básica; manter políticas macroeconômicas eficientes e instituições financeiras capazes; investir em serviços sociais básicos

e na infra-estrutura; assistir aos mais pobres e proteger o meio ambiente.

Caberia também ao Estado fomentar a concorrência, ouvir mais a comunidade civil, reduzir

os controles ao comércio exterior, privatizar empresas estatais, reformar a administração pública, adotar medidas para reduzir o clientelismo político, enxugar a máquina administrativa e remunerar melhor os funcionários.

O Banco Mundial explica no documento que decidiu repensar o papel do Estado devido ao seu "colapso" nos países da ex-URSS, da Europa Central e do Leste, à crise fiscal e da previdência social nas economias industrializadas, à importância do papel do governo no "milagre" do Leste asiático e à explosão em emergências humanitárias em várias partes do mundo.

Governos ineficientes podem ter cortados os créditos do Banco Mundial